

CUT APRESENTA REIVINDICAÇÕES A LULA:

Dia 15

vamos cobrar a resposta

No dia 24 de julho, a CUT foi recebida por Lula, que estava acompanhado pelos ministros Paulo Bernardo (Planejamento), Carlos Lupi (Trabalho), Luiz Marinho (Previdência), Dilma Rousseff (Casa Civil) e Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência).

O presidente conheceu a pauta de reivindicações imediatas dos trabalhadores do setor público e do setor privado (leia no quadro ao lado) e deu a palavra aos ministros. Na discussão realizada, ocupou um lugar importante a defesa do direito irrestrito de greve, com a reivindicação concreta de suspensão do corte de ponto dos servidores grevistas (Banco Central, Ibama, Cultura e Incra) e restituição dos valores já descontados do salário.

O único compromisso assumido pelo governo foi o de retomar a mesa nacional de negociação com os servidores, incluindo na bancada do governo outros ministros além de Paulo Bernardo. Diante da insistência da CUT pela retirada do PLP 01 (congelamento dos salários por 10 anos) o ministro Bernardo afirmou que o go-

verno não vai retirar, mas pode negociar mudanças no projeto.

Essa reunião de Lula com a CUT é resultado direto da pressão exercida pelas greves e mobilizações, como as jornadas de luta de abril, maio e 4 de julho, combinada com a decisão da Central de convocar a Marcha a Brasília, para 15 de agosto, unindo trabalhadores de todos os setores econômicos, de todo o país.

Agora, é preciso centralizar todas as mobilizações e unir todas as reivindicações específicas. Planos de carreira, restituição dos dias em greve, tudo se unifica com as reivindicações do setor privado que serão levadas por milhares no dia 15, na Esplanada dos Ministérios.

Será a força dessa mobilização que vai impor ao governo o atendimento das reivindicações.

15 de agosto
QUARTA-FEIRA
Marcha da CUT a Brasília

PLANO DE CARREIRA?
RETIRADA DO PLP 01!
MANUTENÇÃO DO VETO A EMENDA 3

PELO CUMPRIMENTO DOS ACORDOS
SINDSEP-DF CUT E A CONSEP

Concentração às 9h na Catedral

- * Plano de Carreira!
- * Recomposição Salarial!
- * Não ao PL das Fundações Estatais!
- * Retirada do PLP 01!
- * Manutenção do veto à Emenda 3!
- * Direito Irrestrito de Greve!
- * Negociação coletiva no setor público!
- * Previdência Pública para todos!
- * Educação Pública de qualidade!
- * Reforma Agrária!

Unidade dos trabalhadores do setor público e privado

“Não podemos reivindicar só em termos de setor ou ramo. O que acontece com um trabalhador, reflete no outro. Por isso, todos juntos a Brasília!” Lucilene Binsfeld, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CUT.

Anistiados

Comissão para retorno

Em reunião dia 27.07, os anistiados da Abin, Conab, Eletronorte e CAEB, criaram uma comissão para estudar e viabilizar ações que resultem no retorno imediato de todos os anistiados ao serviço público. Ficou definido que será realizado um ato em frente ao Ministério do Planejamento, com data a definir, e elaborado documento solicitando audiência com o presidente Lula e o ministro do Planejamento. Na próxima quinta-feira, acontece a segunda reunião da comissão.

Anistiados CONAB

Planejamento não cumpre decreto

O Ministério do Planejamento devolveu à Comissão Especial Interministerial (CEI) os 160 processos que reintegravam anistiados da Conab. A questão é que esses processos já foram analisados e aprovados pela CEI e até as minutas de portaria já estavam prontas aguardando somente a aprovação do Planejam-

to. A decisão descumprido o Decreto 6.077/2007, que autoriza o retorno imediato ao trabalho de todos os anistiados. Para discutir as medidas que serão tomadas, o Sindsep-DF realiza assembleia para os anistiados da Conab nesta segunda-feira, dia 30.07, às 18h, no auditório Francisco Zócoli (sede do sindicato).

MDS

Ministério não cumpre prazo

Em reunião dia 26.07, os servidores do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) decidiram aguardar até a segunda-feira, dia 30.07, a publicação da portaria que instala o GT do Plano de Carreira. Caso contrário, os servidores iniciarão as co-

branças pelo cumprimento da pauta acordada em audiência no dia 25 de junho, com a ministra interina da pasta, Márcia Lopes. Além do plano, a pauta também trata do termo de referência do plano de saúde; da política de gestão de pessoas, entre outros.



■ Servidores aguardam portaria do GT até dia 30.07

DATASUS

Greve conquista reivindicação

No dia 12 de julho, o governo assinou acordo com os servidores do DATASUS se comprometendo a encaminhar uma medida provisória ou projeto de lei que garanta aos que optaram pela Carreira da Previdência, Saúde e do Trabalho, os valores da tabela de vencimento com a manutenção da incidência da GAE e do adicional por tempo de serviço sobre a Diferença de Vencimentos. Os dias da greve, serão negociados à parte. A preservação do valor da Diferença de Vencimentos era reivindicação emergencial. Há outras demandas não resolvidas.

MFazenda

GT define composição salarial

No dia 24.07, o GT que trata da Carreira Fazendária definiu que a composição salarial será de: vencimento básico + gratificação. Os estudos sobre a média das tabelas salariais existentes na administração pública serão apresentados pela Condsef na reunião de terça-feira, dia 31.07. A intenção é equiparar a remuneração dos servidores da Fazenda a dos Previdenciários e construir uma tabela final para o Plano de Carreira. O Recursos Humanos do órgão informou na reunião que o MF celebrou convênio com a GEAP e que os servidores podem procurar o RH.

AGENDA

31.07 - terça-feira - audiência com a direção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - 14h30

02.08 - quinta-feira - reunião para discutir gratificação específica dos servidores do Ministério da Agricultura - 17h - Planejamento

02.08 - quinta-feira - assembleia dos servidores do Bacen - 14h30 - 2º Subsolo do BC

07.08 - terça-feira - audiência dos servidores do Planejamento com o secretário de RH - 15h - Bloco C

07.08 - terça-feira - assembleia dos Aposentados e Pensionistas - 14h - auditório do Sindsep-DF

13 e 14.08 - Encontro nacional de Aposentados e Pensionistas - Condsef.

Contra a "Fundação Estatal Privada"

O Sindsep-DF disponibilizou no seu sítio na internet (www.sindsep-df.com.br) a íntegra da análise do Dieese sobre o projeto de governo que cria a "Fundação Estatal".

Rejeite a individualização do contrato de trabalho, não aceite "gratificação de desempenho"

HFA

SRH visita HFA

Na sexta-feira, dia 20.07, durante visita ao HFA, o secretário de Recursos Humanos do Planejamento, constatou a justiça das reivindicações apresentadas pelo Sindsep-DF no que diz respeito à necessidade de concurso público e plano de carreira. Ele comprovou que a capacidade do hospital não é plenamente utilizada em função do número reduzido de funcionários e médicos. Na ocasião, o secretário confirmou a reunião agendada para o dia 8 de agosto, com a comissão de servidores e o Sindsep, para tratar do plano de carreira.

DNPM

Servidores exigem unificação das tabelas salariais

Inconformados com o não encaminhamento da proposta do GT de unificação das tabelas salariais ao Ministério das Minas e Energia, os servidores do DNPM realizam assembleia na quinta-feira, dia 02.08, para discutir formas de pressão, não estando descartada a possibilidade de greve por tempo indeterminado.

Assédio moral no serviço público

O trabalhador do serviço público é precursor de direitos trabalhistas porque tem estabilidade e, por isso, está em melhores condições para desenvolver suas lutas. Um exemplo é o combate ao assédio moral – exposição do trabalhador a situações humilhantes, constrangedoras e repetitivas durante a jornada de trabalho. Essa conduta pode causar danos emocionais e doenças psicossomáticas, como alterações do sono, distúrbios alimentares, diminuição da libido, aumento da pressão arterial, desânimo, insegurança, entre outros, podendo acarretar quadros de pânico e de depressão. Em casos extremos, pode levar à morte

ou ao suicídio.

O Sindsep-DF procura estar atento a esse tipo de prática. Todo servidor que se sentir moralmente assediado deve anotar todas as informações (data, hora, local ou setor, e reunir todo tipo de prova documental, etc.) e procurar a Secretaria de Assuntos Jurídicos do sindicato para que sejam adotadas as providências cabíveis no Ministério Público, Justiça do Trabalho, entre outros.

■ Legislação:

Embora não haja uma legislação específica em âmbito federal, as ações contra assédio moral se sustentam no Artigo 5º (III), da Constituição Federal, que garante que ninguém será

submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Está arquivado

na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4591/01, que dispõe sobre a aplica-

ção de penalidades à prática de assédio moral em órgãos do governo federal.

O que pode ser considerado assédio moral

- inação compulsória – quando a chefia deixa de repassar serviços ao trabalhador, deixando-o propositalmente ocioso;
- uso de palavras pejorativas ou agressivas;
- filmar ou fotografar o trabalhador sem autorização, a pretexto de “fiscalizar”;
- humilhar, inferiorizar, amedrontar, menosprezar ou desprezar o trabalhador;
- precarizar as condições de trabalho;
- ameaçar constantemente o servidor, inclusive na tentativa de proibir a participação em greves e mobilizações convocadas pelo sindicato (na atual onda de greves houve o caso de uma Portaria – revogada pouco depois de editada – que pretendia utilizar a participação no movimento como fator negativo para a “avaliação de desempenho”, especialmente dos que cumprem estágio probatório);
- responsabilizar publicamente o servidor por algum problema no serviço, acusando-o de incapaz;
- invadir o espaço familiar – por exemplo, pedir ao servidor que responda a perguntas íntimas, tais como, salário do cônjuge ou situação conjugal;
- discriminar o trabalhador em função de alguma doença;
- atribuir tarefas estranhas ou incompatíveis com o cargo, ou em condições e prazos inexequíveis;
- sonegar informações necessárias ao desempenho das funções ou relativas à sua vida funcional;

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Proibir o exercício de um direito também é assédio moral

Volta e meia aparece um chefe “mais realista que o rei” imaginando que servidores em estágio probatório não podem fazer greve em virtude da avaliação da assiduidade. Ocorre que a lei 8.112/90, em seus artigos 116 e 117, não faz distinção entre os servidores efetivos e em estágio probatório, no que diz respeito aos seus direitos e deveres.

A constituição, em seu artigo 5º (II), garante que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, e por sua vez, o art. 37 (VII) afirma que “o direito de greve será exercido nos

termos e nos limites definidos em lei específica”, que no caso, ainda não existe. Dessa forma, ninguém poderá ser impedido de participar de greves.

Como a Lei nº 8.112/90 define que o servidor em estágio probatório será avaliado em diversos quesitos, sendo a assiduidade um deles, algumas chefias equivocadas podem ser levadas a equiparar as faltas por greve às faltas previstas nos artigos 116 (X) e 117 (I) da referida lei, procurando intimidar seus servidores com uma avaliação negativa nesse aspecto.

Essa atitude deve ser evitada, pois pode ser enqua-

drada como assédio moral.

Segundo parecer da assessoria jurídica da Condsef, as faltas ao serviço e a greve são espécies de ausências ao trabalho de natureza absolutamente diversas e inconfundíveis, não podendo ser equiparadas: “a **falta ao serviço define uma conduta do servidor de não comparecer ao ambiente de trabalho sem motivo justificado, conduta esta que jamais poderia ser confundida com a ausência da prestação laboral em virtude de adesão à greve. Enquanto a primeira designa uma conduta individual e sem motivação aparente, a segunda**

designa uma conduta coletiva, motivada por uma decisão adotada pela categoria a que pertence o servidor e destinada a forçar o seu empregador a negociar determinada pauta de reivindicações”.

Está mais do que claro que o servidor em estágio probatório não pode sofrer punições em decorrência da participação em movimentos grevistas, além do que, não haverá exoneração sem a instalação de processo administrativo disciplinar, onde são assegurados ao servidor os direitos do contraditório e da ampla defesa.

MEC

Sindsep-DF cobra realização de audiência

O Sindsep-DF encaminhou ao ministro Fernando Hadad solicitação de audiência para tratar de questões específicas da categoria, entre elas, a questão da qualidade do atendimento da GEAP, além da reabertura da Comissão de Ética do MEC, assédio moral, valorização de servidor e encaminhamento de outras propostas.

Assembléia MEC
Quarta-feira –
01.08 – 10h –
auditório do MEC

Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. **Colaboraram nesta edição:** Edison Cardoni, Anna Finger, George Beffoni, Oton Pereira Neves, Cleusa Cassiano, Marcos, Maria de Jesus - **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP - **Estagiária:** Leide Santos **Diagramação:** André Filho - **Fotos:** Jane Franco - **Tiragem:** 14.000 - **Impressão:** Intergraf - **Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”.** Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

Cultura

Greve suspensa



■ *Assembléias aprovam acordo com o governo*

Em assembléias realizadas nos estados, os servidores do Ministério da Cultura votaram pela aceitação – o que não significa concordância – do compromisso proposto pelo governo e a greve foi suspensa por 10 dias. A categoria retornou ao trabalho no dia 27.07.

No prazo de 10 dias, será construída uma proposta remuneratória cuja data de implantação será alvo de negociação. A primeira reunião do grupo técnico para trabalhar na proposta já está marcada para terça-feira,

dia 31.07, às 19h30, com a SRH do Planejamento. Está suspenso o corte de salários que estava comandado para a folha de julho. Os dias de greve e a reposição do trabalho acumulado no período também serão objeto de negociação.

A greve do Sistema MinC (Iphan, Funarte, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares e MinC) durou 73 dias. A mobilização nos locais de trabalho continua com todas as atenções voltadas para a proposta que está sendo elaborada.

Ibama

Plenária analisará termo de compromisso

Marcada para a quinta-feira, dia 02.08, a plenária nacional dos servidores do Ibama irá analisar o termo de compromisso negociado com o governo em 24.07. O corte do ponto foi suspenso e a restituição dos dias já descontados será negociada a partir de acordo para a repo-



■ *Em Brasília, assembléia elege delegados à plenária nacional*

sição dos dias parados.

Por outro lado, os servidores se comprometeram a encerrar a greve contra a MP 366/07 (que dividiu o órgão e cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ainda não votada no plenário do Senado Federal).

CNPq

Servidores reafirmam reivindicações

No dia 19.07, houve a primeira reunião de negociação com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Os pontos defendidos pelos servidores são: contra as “gratificações de desempenho”, titulação no mesmo percentual para os três níveis, fim da discriminação aos servidores aposentados e pensionistas, além da proposta básica da nova tabela salarial.

Incra

Indignados, servidores realizam plenária

Em greve, os servidores do Incra realizam plenária nacional convocada pela Condsef, nesta segunda-feira, dia 30.07, para discutir os rumos do movimento, a partir da análise de termo de compromisso apresentado na semana passada. Será a partir das 14h, no auditório da Condsef, com delegados eleitos em assembléias nos estados, realizadas desde a sexta-feira, dia 27.07.

O termo estabelece um prazo de 15 dias, a contar da data de suspensão da greve, para a negociação



■ *Governo apresenta termo de compromisso*

de uma proposta remuneratória a ser transformada em instrumento legal e encaminhada para aprovação ainda em 2007. No fechamento desta edição, servidores de 15 das

29 Superintendências Regionais em greve haviam votado pela não aceitação da proposta. A posição do governo revela descompromisso com a reforma agrária.

Contra a intransigência do governo

Preparar a resposta unificada em 15 de agosto

Diante da onda de greves deste ano, o governo está mantendo até o fim sua posição intransigente. Proposta financeira só depois da suspensão do movimento e desconto de salário durante a greve.

Mas o que é o direito de greve? É o direito de suspender coletivamente o trabalho para pressionar o patrão – neste caso o governo – a negociar melhores condições salariais e trabalhistas.

Assim, recusar-se a negociar durante a greve é desprestigiar esse direito, ainda mais quando boa parte das greves é para exigir o cumprimento de compromissos assumidos em 2006 e 2005.

Com sua política, o governo parece querer empurrar os servidores para o desespero e a revolta, numa situação que favorece a desagregação do movimento, com repercussões nefastas ao próprio serviço público.

A livre discussão, no respeito à democracia e às distintas opiniões, deve levar ao reforço da unidade e da preservação da integridade do movimento.

A melhor resposta à intransigência do governo é organizar a presença de milhares de servidores na Marcha a Brasília de 15 de agosto. Unificando todos os setores e todas as categorias, vamos exigir, nas ruas, o atendimento imediato de todas as reivindicações em particular o irrestrito direito de greve.

Direito de Greve

Nota oficial da CUT (trechos)

É uma atitude arbitrária descontar os dias em greve antes de abrir um processo de negociação (...). a CUT reivindica que o governo federal negocie, junto com os demais pontos da pauta, a forma de reposição do período de greve (...) para que os trabalhadores públicos federais coloquem em dia as tarefas pendentes.

No setor privado, esse tema sempre é objeto de ne-

gociação(...). No setor público, o mesmo deve acontecer.

Lembramos que a inexistência de um sistema de negociação coletiva no setor público é uma das razões das greves atualmente em curso. O descumprimento de acordos firmados anteriormente é outra.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT